

Ministério Público

Galdino Augusto Coelho Bordallo

1. INTRODUÇÃO

O Ministério Público teve sua face totalmente modificada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo sido ampliada sua esfera de atuação, com aumento de suas atribuições. A Constituição Federal, ao tratar das funções essenciais à justiça, inclui o Ministério Público e, em seu art. 127, o qualifica como a instituição permanente e autônoma destinada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis.

Seus membros gozam das prerrogativas da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios, sendo-lhes vedadas algumas atividades, enumeradas no inciso II do art. 128 da CF. A instituição é regida pelos princípios da unidade, independência funcional e indivisibilidade.

A Carta Constitucional, em seu art. 129, enumera as funções institucionais do Ministério Público.

— Com o novo regime constitucional o Ministério Público passou a ter uma fisionomia muito mais voltada para a solução dos problemas sociais, deixando de lado a antiga postura de instituição direcionada unicamente para a persecução criminal. Hoje, podemos seguramente falar do Ministério Público social, voltado para a solução dos diversos problemas.

— Em um Estado de Direito Democrático como o brasileiro, faz-se necessária a existência de uma instituição destinada primordialmente à defesa dos interesses da sociedade — especialmente em face de violações perpetradas pelo Poder Público —, como

o *ombudsman*¹. Essa função foi reservada ao Ministério Público pelo Constituinte de 1988².

O Ministério Público Brasileiro, considerando a característica de independência com relação a todos os órgãos estatais e o grande número de funções que exerce, não pode ser comparado com nenhum congênere no mundo, não podendo ser enquadrado em nenhuma das críticas realizadas por Mauro Cappelletti³.

Interessa-nos mais de perto, como função institucional do Ministério Público, a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes (LC n. 75/93, art. 5º, III, e).

É dever do Estado, com absoluta prioridade, assegurar à criança e ao adolescente a proteção a todos os seus direitos (art. 227 da CF). Foi o Ministério Público eleito o grande ator na defesa destas pessoas em desenvolvimento, considerando-se a gama de atribuições que são conferidas à instituição, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 201.

No extenso rol do art. 201 são elencadas atribuições judiciais e extrajudiciais para a defesa de todos os direitos das crianças e dos adolescentes, qualquer que seja sua natureza.

Nesse ponto devemos ressaltar haver uma amplitude no rol dos direitos a ser defendidos pelo Ministério Público, pois não fica restrito aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, possuindo, também, atribuição para a defesa dos direitos puramente individuais⁴. Essa afirmação resta comprovada com a simples leitura do art. 201, III (que dispõe sobre a legitimidade para propositura de ação de alimentos), VIII (que trata da legitimidade para propositura de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para o respeito dos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes) e IX (legitimidade para impetrar mandado de segurança). Trata-se de

- 1 A figura do *ombudsman* surgiu na Suécia há quase dois séculos, tendo sua figura se multiplicado e se espalhado por diversos países. Na Espanha, temos a figura do *Defensor Del Pueblo*, prevista no art. 54 da Constituição Espanhola e criada pela Ley Orgánica 03/81, de 6 de abril, cf. nosso *A coisa julgada nas ações coletivas*, dissertação apresentada no Curso de Mestrado na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999, p. 81 (inédita).
- 2 Para melhor conhecer os problemas sociais e facilitar o contato da população com a instituição, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro criou e instalou no segundo semestre do ano de 2005 a Ouvidoria-Geral, órgão ligado ao Procurador-Geral de Justiça com a função de colher as informações prestadas pela Sociedade e encaminhá-las ao órgão de atuação com atribuição específica. A medida foi extremamente profícua, pois inúmeros fatos que não chegariam ao conhecimento do Promotor de Justiça ou que demorariam mais tempo para chegar são conhecidos com mais rapidez, investigados e solucionados.
- 3 The role of the Ministère Public, the Prokuratura, and the Attorney General in civil litigations. *Public interest parties and the active role of the judge in civil litigations*, Giuffrè, 1975.
- 4 O tema da proteção aos direitos puramente individuais das crianças e dos adolescentes pelo Ministério Público será desenvolvido no Capítulo intitulado "Outras Ações Previstas no Estatuto".

uma atividade específica do Promotor de Justiça da Infância e Juventude, o que causa espanto aos juristas que não possuem intimidade com as peculiaridades do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois já tivemos a oportunidade de constatar a existência de inúmeras decisões, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, afirmando que o Ministério Público não possui legitimidade para defesa de direitos individuais das crianças e dos adolescentes. O equívoco destas decisões só pode ser atribuído a desconhecimento das regras estatutárias.

As atribuições judiciais estão elencadas nos incisos II (promover e acompanhar as ações socioeducativas), III (promover e acompanhar as ações de alimentos, suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães), IV (promover a inscrição de hipoteca legal e prestação de contas de tutores e curadores), V (promover a ação civil pública), VIII (promover as medidas judiciais cabíveis para o efetivo respeito dos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes), IX (impetrar mandado de segurança, mandado de injunção e *habeas corpus*), X (propor representação administrativa para aplicação de penalidade por prática de infrações contra as normas de proteção às crianças e aos adolescentes).

As atribuições extrajudiciais encontram-se elencadas nos incisos I (conceder a remissão como forma de exclusão do processo), V (promover o inquérito civil), VI (instaurar procedimentos administrativos), VII (instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial), VIII (promover as medidas extrajudiciais cabíveis para o efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes), XI (inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento às crianças e aos adolescentes), XII (requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços públicos ou particulares, para o desempenho de suas atribuições).

A enumeração constante do artigo é exemplificativa, consoante o disposto em seu § 2º, que dispõe sobre a possibilidade de outras atribuições, desde que compatíveis com a finalidade institucional, estando ela discriminada no art. 127 da CF.

Para a propositura das ações de natureza cível constantes dos incisos do art. 201, a legitimidade do Ministério Público não será exclusiva, mas concorrente e disjuntiva com outros legitimados (§ 1º), regra que é correta, pois a instituição atuará como substituto processual, agindo nas situações em que o legitimado ordinário quedar-se inerte. Trata-se de regra semelhante à existente na Lei n. 7.347/85, art. 5º, que será estudada no Capítulo que trata da ação civil pública.

É obrigatória a intervenção do Ministério Público em todos os atos processuais e em todos os processos em curso na Vara da Infância e Juventude, conforme determina o art. 202 do ECA, acarretando a nulidade do processo a falta da intervenção do *Parquet* (art. 204).

As manifestações do Ministério Público devem ser obrigatoriamente fundamentadas, conforme dispõe o art. 205 do ECA. A regra estende ao Ministério Público o princípio constitucional de motivação das decisões, constante do art. 93, IX e X, da

CE. Não pode o promotor de justiça dizer apenas se concorda ou se opõe a algo, devendo justificar o porquê do posicionamento adotado.

A atuação do promotor de justiça da infância e juventude é uma das mais diversificadas e gratificantes dentre as especializações funcionais do Ministério Público. A diversidade das funções em um órgão com atribuição para infância e juventude é imensa, trazendo uma experiência de vida que não será obtida em nenhum outro órgão de atuação. A atuação não se limita à aplicação do direito ao caso concreto, sendo muito mais ampla, pois o Promotor de Justiça da Infância e Juventude deve atuar na solução de problemas os mais diversos, muitas vezes apenas ouvindo, aconselhando, orientando pais e filhos. Em muitos casos, a simples oportunidade de as pessoas se fazerem ouvir e serem em seguida aconselhadas, como faziam os anciãos nas sociedades antigas (e ainda hoje nas indígenas), é o bastante para a solução de um problema.

Para exercer de forma correta as atribuições que lhe foram conferidas pelo legislador, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude não pode ser um mero burocrata que se manifesta em todos os processos sob sua responsabilidade e só sai de seu gabinete para se dirigir à sala de audiências.⁶ Deve ir à rua, contatar os órgãos representativos da sociedade, conhecer a comunidade com a qual trabalha e se fazer conhecer, conhecer os problemas *in loco* para melhor poder solucioná-los. Este o Promotor de Justiça desejado pelo povo.

Para não tornar o texto repetitivo, analisaremos neste Capítulo apenas as atribuições que não foram tratadas nos Capítulos cujos temas apresentam direta ligação com a atuação ministerial e aquelas que digam respeito à atuação específica na área da infância e juventude. Não cuidaremos das atribuições que são genéricas a todos os membros do Ministério Público, como a requisição de instauração de inquérito policial ou medida que qualquer pessoa pode tomar, como a impetração de *habeas corpus*.

2. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E SINDICÂNCIAS (ART. 201, VI E VII)

Inúmeros casos, das mais diversas naturezas, chegam ao conhecimento do Promotor de Justiça da Infância e Juventude e necessitam de apuração para: 1) Constatação de sua veracidade; 2) Colheita de provas para que o caso possa ser melhor analisado e escolha da providência a ser adotada.

Para maior controle das comunicações que lhe chegam, é ideal que o Promotor de Justiça determine a imediata autuação e registro dos fatos noticiados como procedimento administrativo, com numeração sequencial. A investigação será realizada por órgão de apoio ao Ministério Público⁵. Nas localidades em que o Ministério Público

5 A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro conta com Gabinete Militar

não contar com órgãos de apoio, deverá buscar auxílio em outros órgãos do Estado como o Conselho Tutelar e a polícia (esta última nas hipóteses em que os fatos noticiados configurem, em tese, a prática de crime).

Os fatos chegam ao conhecimento do Promotor de Justiça das mais diversas formas, sendo anônima a maior parte das comunicações. Por este motivo, não se deve tomar nenhuma providência antes de se determinar a verificação da veracidade dos fatos. Constatado que os fatos não são verdadeiros, deve ser o procedimento arquivado. Sendo verdadeiros os fatos, deve ser iniciada a instrução do procedimento para oitiva das pessoas envolvidas, reduzindo-se a termo suas declarações (art. 201, § 5º, a).

Ao ouvir as pessoas que levam fatos a seu conhecimento ou investigando as comunicações anônimas, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude funciona como verdadeiro *ombudsman*.

Para a convocação das pessoas a serem ouvidas será expedida notificação (art. 201, VI, a) da qual deve constar que o não comparecimento injustificado acarretará a condução coercitiva, podendo ser usada força policial para tanto.

Podem ser requisitados os documentos e as informações necessárias a órgãos públicos e particulares, bem como a pessoas naturais e jurídicas (alíneas b e c). Sendo preciso, deve o Promotor requisitar a realização de perícia, que deve ser efetuada, preferencialmente, pela equipe técnica do Ministério Público.

Quando da expedição de ofícios contendo requisições de documentos ou qualquer outra informação, deve o promotor de justiça fixar prazo para sua resposta. Esta providência é extremamente importante para que se possa caracterizar o descumprimento por parte da pessoa que deveria atender a requisição ministerial e ver-se configurado o crime previsto no art. 236 do ECA.

O prazo a ser fixado deve ser aquele necessário a que a informação/documento requisitado possa ser enviado, devendo o promotor de justiça utilizar bom senso em sua fixação, não podendo ser fixado prazo inferior a dez dias úteis, conforme determinação constante do art. 223 do ECA.

Em algumas situações faz-se necessário que a informação ou o documento seja apresentado em prazo inferior a dez dias úteis, a fim de ser garantida a preservação de um direito. Nestas hipóteses, para que o prazo fixado seja inferior àquele previsto no art. 223, deve o promotor de justiça justificar os motivos embasadores da urgência.

Considerando a especialidade das promotorias de infância e juventude e as situações que são cuidadas no dia a dia, envolvendo, muitas vezes, as mais diversas formas de violência contra crianças e adolescentes, torna-se muito importante a existência de equipe interprofissional composta por Assistentes Sociais e Psicólogos.

que realiza as atividades investigativas para os Promotores de Justiça, havendo Grupos de Apoio aos Promotores de Justiça (GAP) lotados em diversas localidades do Estado.

É extremamente vantajoso para a solução dos problemas diários que são apresentados e cuidados pelas promotorias de justiça da infância e juventude que se instaurem procedimentos administrativos e sindicâncias, pois muitos problemas são solucionados logo em seu nascedouro, evitando-se consequências mais gravosas para as crianças e os adolescentes. Com os procedimentos administrativos e sindicâncias muitas questões que acabariam por se tornar mais um processo em curso na Vara da Infância são solucionados com simples encaminhamentos para órgãos públicos e acompanhamento da evolução da situação.

Devemos ressaltar que o promotor de justiça deve tomar todas as medidas necessárias para solucionar os problemas que surgem, realizando os encaminhamentos necessários, sendo-lhe vedado, porém, a aplicação de medidas protetivas (art. 101 do ECA). Apesar de posicionamento contrário⁶, entendendo que o Promotor de Justiça da Infância e Juventude pode aplicar medidas protetivas, não podemos com ele concordar, por não contar com amparo legal. Apesar de o § 2º do art. 201 dispor que outras atribuições além das expressas nos incisos podem ser exercidas pelo Ministério Público, a aplicação de medidas protetivas fica vedada por falta de previsão no ECA. O Estatuto, ao tratar das medidas protetivas, determina que sejam aplicadas pela autoridade competente (art. 101). O próprio Estatuto dirá expressamente, ao cuidar de seus operadores, quais podem aplicar as medidas protetivas, sendo eles o conselho tutelar (art. 136, I) e o juiz (arts. 148, VII, e 153). Ao tratar do Ministério Público, não há nenhuma previsão expressa sobre aplicação de medida. O termo mais aproximado utilizado pelo ECA é *promover as medidas*, muito diferente de aplicar.

3. PROMOVER MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS PARA ZELAR PELO EFETIVO RESPEITO AOS DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES (ART. 201, VIII)

Esta atribuição é um desdobramento do art. 129, II, da Constituição Federal.

Com base na regra constante do inciso VIII do art. 201, o promotor de justiça da infância e juventude têm aberto à sua frente um leque incontável de possibilidades para agir na defesa da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Pode mover qualquer tipo de ação para proteção de qualquer direito ou garantia que esteja sendo desrespeitado, bem como promover medidas extrajudiciais.

A notícia do desrespeito pode chegar das mais diversas formas, sendo ideal que, ao conhecê-la, o Promotor de Justiça determine a instauração de procedimento administrativo para documentar todos os atos.

De regra, é o Poder Público quem mais desrespeita os direitos e as garantias das crianças e dos adolescentes, ao deixar de cumprir com as regras mínimas para proteção

6 LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Públio Caio Bessa. *Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 212.

destas pessoas em desenvolvimento. Para fazer com que o administrador volte ou comece a agir da forma correta, o Ministério Público deve agendar reunião, a fim de tentar solucionar extrajudicialmente o problema (art. 201, § 5º, b):

Verificadas as violações aos direitos, deve o Promotor de Justiça elaborar recomendação (art. 201, § 5º, c), mostrando onde se encontram os descumprimentos às garantias das crianças e dos adolescentes, indicando prazo razoável para sua correção. O prazo razoável será aquele que normalmente o homem médio levaria para cumprir a determinação, devendo o Promotor de Justiça fixá-lo dentro de um critério equilibrado. Nada impede que na reunião realizada com o agente público seja elaborado acordo sobre como será a ação, sendo importante que se transcreva a reunião, fazendo-se uma ata na qual todos os pontos sejam claramente fixados, com prazo para cumprimento, sendo assinada por todos. Esta ata servirá como um termo de ajustamento de conduta, passível de execução, por aplicação do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Este mesmo proceder deve ser utilizado quando o descumpridor das regras protetivas for um particular.

-4. INSPEÇÃO ÀS ENTIDADES DE ATENDIMENTO (ART. 201, XI)

É extremamente importante que o Promotor de Justiça inspecione periodicamente as instituições de atendimento às crianças e aos adolescentes que estejam localizadas dentro de sua área física de atuação, a fim de verificar se estão dando cumprimento às determinações constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não pode ser impedida, sob nenhum pretexto, a entrada do Promotor de Justiça em todas as dependências do abrigo e de qualquer outro local, pois tem ele livre acesso a todo lugar onde se encontre criança e adolescente quando estiver no exercício de suas funções (art. 201, § 3º). Havendo algum embaraço em sua entrada aos locais onde deva ser realizada a inspeção, deve fazer uso de força policial para adentrar e permanecer (art. 201, XII).

As inspeções têm, também, como finalidade: a verificação das condições físicas das instituições, a quantidade e qualidade dos alimentos que serão destinados aos abrigados, o exame das pastas obrigatórias com a documentação dos abrigados⁷, a composição da equipe técnica, dos educadores e dos demais funcionários do abrigo. O Promotor de Justiça deve se fazer acompanhar de equipe interprofissional para que lhe auxilie na inspeção, da qual deve ser elaborado termo circunstanciado.

7 Como documentação mínima que as pastas dos abrigados deve conter, sugerimos a seguinte: ficha de dados pessoais, encaminhamento para o abrigo, razão social do abrigamento, certidão de nascimento, carteira de vacinação do abrigado, identificação documental do responsável, comprovante de residência do responsável, comprovante de matrícula escolar, cópia do boletim escolar, ficha de evolução do caso, relatórios técnicos, receita e laudo médico (nas hipóteses em que o abrigado tenha algum problema de saúde).

Deve ser examinada a documentação do abrigo, seus estatutos, atas de eleição da diretoria, se há cadastro atualizado de inscrição do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e conselho municipal de ação social. O plano de trabalho da instituição deve ser examinado, a fim de verificar se não está sendo desrespeitado.

No que se refere à alimentação dos abrigados deve-se atentar para a existência de cardápio elaborado por nutricionista, a fim de que ele atenda as necessidades de desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes atendidos.

Percebendo problemas estruturais no prédio do abrigo, deve o Promotor de Justiça requisitar inspeção pela equipe técnica de engenheiros e arquitetos do Ministério Público, que elaborarão laudo. Sabemos das grandes disparidades existentes entre os diversos Estados da Federação, sendo certo que algumas Procuradorias de Justiça ainda não tiveram condições de estruturar seus órgãos de apoio; a estruturação dos órgãos de apoio deve ser realizada o mais rápido possível, a fim de que o Ministério Público possa exercer suas atribuições de modo pleno e independente.

Nos casos de inexistência de equipe técnica própria do Ministério Público ou de órgão conveniado com a Procuradoria-Geral de Justiça, o promotor de justiça deverá requisitar que os laudos sejam realizados por algum profissional de um órgão público.

Constatados os problemas, deve ser elaborada recomendação dirigida à direção da instituição, concedendo prazo razoável para o cumprimento de cada determinação. Para que a recomendação tenha aplicabilidade deve ser dado um prazo adequado para o atendimento de cada item e não um único para o cumprimento de toda a recomendação.

Ao realizar as inspeções é importantíssimo que o promotor de justiça tenha contato direto com as crianças e os adolescentes que são atendidos, a fim de conversar com eles. Estas conversas devem ser realizadas colocando-se os abrigados à vontade, para que não se sintam constrangidos com a presença do Promotor de Justiça. Percebendo haver algum problema relacionado ao tratamento dispensado aos abrigados, deve o promotor de justiça conversar reservadamente com eles. Constatado algum desrespeito à pessoa dos abrigados, devem ser reduzidas a termo as declarações por eles prestadas, para que tenha meios para tomar as medidas legais que entender cabíveis.

Para o acompanhamento da situação de cada instituição de atendimento, o Promotor de Justiça deve determinar, para cada uma delas, a instauração de um procedimento administrativo.

5. FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS VERBAS DO FUNDO MUNICIPAL (ART. 260, § 4º)

Cuida a regra do § 4º do art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente de mais uma atribuição extrajudicial do Ministério Público: determinar a forma de fiscalização da aplicação das verbas constantes do fundo municipal dos direitos das crianças e dos

adolescentes. Deve ser ressaltado, desde logo, que a disposição encontra-se extremamente mal localizada dentro do corpo do Estatuto, já que a ideal localização seria como mais um inciso do art. 201.

A gestão do fundo será realizada pelo conselho dos direitos da criança e do adolescente da respectiva entidade federativa. Interessa-nos mais de perto o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, cuja gestão será de atribuição do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA)⁸.

Os fundos serão constituídos de verbas transferidas pelo Poder Executivo da entidade federativa a qual pertença e de doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas.

Toda e qualquer verba que seja colocada na conta corrente do fundo será considerada verba pública, devendo ocorrer a fiscalização de sua correta aplicação. A fiscalização primeira caberá ao CMDCA, como seu gestor. Junto com o CMDCA, outros órgãos deverão fiscalizar a correta aplicação das verbas do fundo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, não excluída, por certo, a fiscalização popular.

Não há nenhuma dúvida que dentre os múltiplos fiscalizadores das verbas do fundo encontra-se o Ministério Público, até mesmo por encontrar-se a função fiscalizadora dentre suas atribuições institucionais⁹. Com a certeza desta possibilidade de atuação do Ministério Público, resta o seguinte questionamento: qual a finalidade da regra em estudo?

A primeira ideia que se pode ter será a de um reforço ao poder de fiscalização das verbas do fundo pelo *Parquet*. Este pensamento, a nosso ver, será por demais limitado, até mesmo porque esta atribuição já é ínsita à atuação da instituição e não podemos crer que o legislador teria acrescentado um parágrafo ao art. 260 apenas com tão restrito propósito.

Em uma leitura mais atenta do dispositivo estatutário, verifica-se que o Legislador foi mais além do que apenas reiterar uma atribuição indiscutível. Pela norma em estudo, verifica-se que o Legislador atribui ao Ministério Público poder de comando da fiscalização das verbas do fundo, pois o Promotor de Justiça *determinará* a forma como esta fiscalização se dará.

O texto truncado do dispositivo em estudo fará com que se pense que esta nova atribuição do Ministério Público será aplicável a todas as verbas do fundo, o que não é verdade. Este *poder de comando* será restrito aos valores que acarretarem *incentivos fiscais*, como se verifica pela parte final do § 4º. Os valores que acarretam incentivos fiscais são aqueles doados por contribuintes, como determina o *caput* do art. 260, e que poderão ser deduzidos da declaração anual de rendimentos.

8 Para estudo sobre os fundos e conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, remetemos o leitor para o Capítulo que cuida do tema.

9 LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Públio Caio Bessa. Op. cit., p. 232.

Logo, há que se fazer uma divisão de fiscalização das verbas constantes da conta do fundo municipal. Aquelas que forem decorrentes de transferência obrigatória pelo Executivo Municipal deverão ter sua aplicação fiscalizada por iniciativa do CMDCA, que a regulamentará, sem que isto impeça a que deverá ser realizada por outros órgãos e pelo particular.

No que concerne à fiscalização das verbas decorrentes de doações, a forma de sua fiscalização não será regulamentada pelo CMDCA — apesar da autonomia e independência que o órgão possui —, mas pelo Ministério Público. Este o único entendimento que se pode ter para que a norma constante do § 4º do art. 260 não seja considerada apenas uma redundância.

Ressalte-se que, com a regra do parágrafo, não está sendo retirada a atribuição fiscalizatória do Tribunal de Contas de outro órgão público que a possua, bem como a popular.

O Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, ou aquele que tenha atribuição para a matéria, determinará a forma de fiscalização na Comarca em que exerça suas funções. O legislador fez uso do termo *comarca* considerando que em muitas localidades a extensão espacial da Comarca abrange mais de um Município.

As regras do modo como será realizada a fiscalização deverão constar de Portaria expedida com esta única finalidade. Seu teor terá que abranger, por exemplo, a existência de perícia contábil, visitas a serem feitas aos executores dos projetos beneficiados com as verbas oriundas das doações, entrevistas com os destinatários dos projetos, dentre outras que poderão e deverão constar da portaria, a fim de atender a realidade específica de cada localidade.

Elaborada a Portaria, deverá ser dada ciência desta ao CMDCA, que deverá se aparelhar de forma a cumprir as determinações constantes do ato. Haverá a necessidade de composição de corpo técnico para a realização da fiscalização da aplicação das verbas, sendo aconselhável que os membros desta equipe sejam indicados pelo Ministério Público e pelo CMDCA. Nas localidades onde não houver pessoal capacitado, seja do Ministério Público, seja do CMDCA, será imperioso que haja sua contratação, com verba que deverá ser destinada ao Conselho pela Prefeitura.

Nas Comarcas onde houver mais de uma Promotoria de Justiça da Infância e Juventude com atribuição para fiscalização das verbas do fundo, será necessária a expedição de portaria conjunta dos órgãos de atuação.

Para um melhor exercício dessa importantíssima atribuição, é necessária uma uniformidade de atuação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de cada unidade da federação, devendo ocorrer reunião entre todos os Promotores de Justiça com esta atribuição, a fim de que sejam estipuladas as diretrizes básicas que adotarão, bem como fixadas as regras mínimas que deverão constar das portarias. Esta reunião será necessária, também, para verificar as necessidades das Promotorias de Justiça, a fim de ser solicitada à Procuradoria-Geral de Justiça a criação do corpo técnico necessário ao suporte da fiscalização.

Uma última indagação há de ser respondida: o que levou o legislador a conferir mais esta atribuição ao Ministério Público?

Cremos ter sido uma tentativa de incrementar as doações para os fundos municipais; pois verificamos que em um grande número de localidades estes não saíram do papel, tendo em vista a inexistência de doações. Pensamos que, com a intervenção do Ministério Público no comando da fiscalização, cresça a confiança da população na correta aplicação das doações, o que fará com que estas sejam incrementadas e projetos comecem a ser beneficiados, fazendo com que um maior número de crianças e adolescentes venha a ser atendidos e passem a ter seus direitos assegurados.

REFERÊNCIAS

- BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. *A coisa julgada nas ações coletivas*. Dissertação apresentada para conclusão do curso de Mestrado em Direito na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999 (inédita).
- CAPPELLETTI, Mauro. The rôle of the Ministère Public, The Prokuratura, and the Attorney General in civil litigations — with a glance at other forms of representation of public and group interests in civil proceedings. In: *Public interest parties and the active rôle of the judge in civil litigations*. Giuffrè: Milano, 1975.
- CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *O Ministério Público no processo civil e penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- CYRINO, Públio Caio Bessa; LIBERATI, Wilson Donizeti. *Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *O acesso à justiça e o Ministério Público*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. In: CURY, Munir (coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado – Comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- SAUWEN FILHO, João Francisco. *Ministério Público brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

O advogado

Galdino Augusto Coelho Bordallo

O Estatuto da Criança e do Adolescente quebrou com o terrível sistema existente no revogado Código de Menores, adequando-se aos regramentos internacionais, tratando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e obrigações e não como pessoas inferiores, como era a visão da legislação anterior.

Como não nos cansamos de enfatizar, o Código de Menores de 1979 era uma lei autoritária que não garantia plenamente os direitos das crianças e adolescentes que se encontravam sob sua égide. Não previa as garantias processuais formais, pois, apesar de fazer menção ao contraditório e à ampla defesa em seu texto, não garantia a defesa técnica para estas pessoas em formação. A única menção que fazia a Lei n. 6.697/79 à figura do advogado se dava no art. 93, quando afirmava que os pais ou responsáveis pelo menor poderiam constituir um procurador, não havendo regra sobre a indicação de um profissional habilitado quando não existissem pais ou responsáveis. A defesa técnica era meramente figurativa naquele momento, um verdadeiro desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes.

Nem sempre foi assim no Direito Brasileiro. O Código Mello Matos — Decreto n. 17.943-A, de 1927 —, em seu art. 151, previa a necessidade de um advogado junto ao juízo privativo de menores para defendê-los nos processos criminais onde não tivessem defensor constituído e prestar assistência, nos processos cíveis, aos litigantes pobres. Verifica-se, assim, que no início do século XX o legislador tratava a criança e o adolescente como titulares de direitos e obrigações. Detecta-se, ainda, no texto do art. 151, a visão embrionária da Defensoria Pública quando o legislador pensou em defensor para aqueles que não o possuíam e para as pessoas que não pudessem pagar pelos serviços de um advogado.